

político por meio da democratização dos processos partidários, a ampliação da transparência sobre a aplicação de seus recursos e o incentivo ao papel fundamental que devem cumprir: o debate programático sobre o país. Para tanto, proporemos o sistema distrital misto, inspirado no modelo alemão, por considerarmos que é atualmente o mais racional, permite o melhor acompanhamento dos representantes eleitos pelos cidadãos, reduz os custos das campanhas e valoriza os partidos programáticos.

Como forma de ampliar a renovação política e eliminar o monopólio dos partidos, defendemos as candidaturas independentes, permitindo que lideranças sociais não filiadas a partidos possam disputar eleições, desde que comprovem o apoio de um número mínimo de eleitores. Proporemos, ainda, mecanismos para facilitar leis de iniciativa popular, como a redução do número obrigatório de apoiadores e a possibilidade de registro de assinaturas eletrônicas.

Por entendermos que o mandato eletivo é serviço e não profissão, nos posicionaremos pelo fim da reeleição para cargos executivos, limitação de dois mandatos consecutivos para cargos legislativos, fixação de todos os mandatos em 5 anos, a partir de 2022 e o fim da suplência para o Senado.

Defenderemos, também, a revisão das regras de financiamento de campanhas e de distribuição do tempo de propaganda eleitoral, para que haja menor interferência do poder econômico nas eleições e maior transparência e equidade entre os partidos políticos. Postularemos a limitação da doação de pessoas físicas e de autofinanciamento e a reformulação do Fundo Eleitoral com vistas a reduzir o montante de gastos de recursos públicos e estimular a participação cidadã no financiamento das campanhas.

Consideraremos, também, iniciativas de setores da sociedade que proponham a reabertura da discussão sobre o sistema parlamentarista no Brasil.

Seremos implacáveis com a corrupção que drena os recursos do país. Os brasileiros lutam para acessar direitos básicos e, ao mesmo tempo, observam indignados os infinitos e escandalosos casos de desvio dos recursos que deveriam ser destinados às políticas públicas.

Para enfrentar a corrupção é preciso mudar a cultura que a fomenta, construindo um senso coletivo de responsabilidade sobre o que é público. Recursos e espaços públicos têm um dono, e esse dono é o povo brasileiro. O Estado deve estar a serviço dessa cultura cidadã que permite às pessoas se apropriar do que é seu e respeitar o que é de todos. Para tanto, aumentaremos a transparência e a inteligência do Estado, blindaremos os órgãos de controle interno de nomeações políticas e aplicaremos a exigência de ficha limpa para ocupação de cargos no serviço público.

Proporemos, ainda, a criminalização do caixa dois eleitoral e do enriquecimento ilícito de agentes públicos, o fim do foro privilegiado e da indicação política para órgãos de controle externo e a extinção da aposentadoria compulsória para juízes e procuradores como pena.

/ 02

## **CRIANÇA É PRIORIDADE ABSOLUTA**

A primeira infância (0 a 6 anos) e as experiências do início da vida são fundamentais para a formação da personalidade e da capacidade de aprender, de se relacionar e expressar emoções. É nessa etapa que se formam os valores que serão a base do desenvolvimento para toda a vida. A decisão de investir prioritariamente e consistentemente nas crianças fez de muitos países nações avançadas e será um dos principais pilares de uma transformação social que levará o Brasil a ser uma sociedade mais justa e igualitária.

Atualmente, milhões de crianças que vivem em situação de pobreza no Brasil estão excluídas de serviços públicos de qualidade, comprometendo seu desenvolvimento numa etapa decisiva de suas vidas. Vamos enfrentar esse desafio instituindo a Política Nacional Integrada para a Primeira Infância, prevista na Lei 13.257/16, com a coordenação de políticas setoriais, envolvendo educação, saúde, desenvolvimento social, esportes e cultura, entre outras. Atuaremos em parceria com Estados e Municípios no estabelecimento de metas e indicadores para mensurar os investimentos, a qualidade e o impacto das políticas implementadas, apoiando a elaboração de Planos Municipais de Primeira Infância.

Nossas metas incluem a ampliação da oferta de creches para crianças de 0 a 3 anos dos atuais 30% para 50% em todo o país e a universalização da educação infantil, na faixa etária de 4 a 5 anos, em cumprimento às metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Nos comprometemos, ainda, apoiar os Estados e Municípios na implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Esse compromisso com as nossas crianças será construído sempre em articulação, planejamento e cooperação interfederativa e em parceria com entidades privadas, mantendo estrita vigilância sobre sua gestão, estrutura adequada e processos de aprendizagem de alta qualidade.

Boa alimentação e reforço das relações de parentalidade, focadas no fortalecimento dos vínculos com as famílias em seus diferentes arranjos e pluralidades, serão incentivados.

Com a ampliação das creches e a universalização da educação infantil, atingiremos, ainda, outro objetivo fundamental: o aumento da inserção de mães no mercado de trabalho.

# EDUCAÇÃO COMO DIREITO E BASE PARA O DESENVOLVIMENTO

Se a educação é a base para o futuro, precisamos pensá-la a partir do amanhã que queremos: inclusivo, em rede, preparado para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades do século 21.

O futuro do Brasil será decidido nas salas de aula. A educação é direito fundamental previsto na Constituição Federal e é também condição para o desenvolvimento social e econômico do país. A igualdade de oportunidades só será alcançada com a garantia de que todos os brasileiros e brasileiras tenham acesso à educação de qualidade.

Nosso primeiro compromisso é com a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), fruto de intenso debate com a sociedade brasileira. Pode parecer óbvio, mas não é pouco. O Brasil tem importantes marcos legais que não são cumpridos. Empenharemos nossos maiores esforços, em articulação com Estados e Municípios, no cumprimento das metas do PNE.

O Brasil não pode continuar negligenciando sua educação básica. Nosso governo atuará ao lado de Estados e Municípios, de forma coordenada, regulamentando o Sistema Nacional de Educação, de forma a garantir assistência técnica e financeira e tendo como uma das ações prioritárias o estabelecimento de padrões nacionais de qualidade, da creche ao ensino médio, técnico e profissional.

## Todos na escola, aprendendo.

Precisamos garantir que nossos estudantes permaneçam na escola e aprendam. Hoje, a maioria dos estudantes do ensino fundamental não atinge níveis de proficiência adequados. Para enfrentar esse problema, adotaremos políticas para a valorização dos professores, com ações voltadas ao aprimoramento da formação pedagógica e dos planos de carreira.

Daremos continuidade às políticas de implementação da Base Nacional Comum Curricular para a educação infantil e o ensino fundamental, apoiando técnica e financeiramente os estados e municípios nesta missão. No que diz respeito ao chamado novo ensino médio, é preciso avaliá-lo criticamente, em debate com as instituições educacionais e redes de ensino, reconhecendo que a flexibilização curricular e a ampliação da carga horária dele constantes não são compatíveis com a realidade da maioria dos municípios brasileiros. Daremos apoio aos Estados para que as deficiências de implementação e de assistência técnica e pedagógica não penalizem os jovens e que o resultado seja, de fato, a redução da evasão escolar e a maior aproximação dos jovens com o mundo do trabalho, de um lado, e o devido preparo para a universidade para os que assim desejarem, de outro.

É necessário também que cada estudante seja estimulado a superar suas dificuldades, a realizar seu pleno potencial e alcançar seus objetivos de vida, para isso estados e municípios receberão apoio para reduzir o problema do atraso escolar, visando caminharmos para cumprir a meta de zerar a distorção idade/série, o mais rápido possível.

Incentivaremos a expansão da educação integral, respeitando os tempos e as especificidades de cada localidade, articulando diferentes políticas setoriais e parcerias com a sociedade civil organizada, que viabilizem a oferta de espaços físicos, compartilhando responsabilidades e aprendizados.

Enfrentaremos o problema do analfabetismo de cerca de 11,8 milhões de brasileiros acima de 15 anos. Essa é uma realidade que vamos mudar.

A escola deve ser um lugar atrativo para nossos jovens. Investiremos em infraestrutura adequada, salas de aula e locais de convivência e apoio didático, como quadras esportivas e bibliotecas. Nossas escolas devem promover atividades que estimulem o interesse dos jovens e seu desenvolvimento integral, por isso, o uso de novas tecnologias nos processos de aprendizagem será incentivado, bem como o ensino de linguagens artísticas, como teatro, música, dança, audiovisual, promovendo uma forte aproximação entre educação e cultura. Promoveremos, também, a educação científica de qualidade, fundamental para elevar a sociedade brasileira a um novo patamar.

O combate a qualquer tipo de discriminação começa na escola. Criaremos políticas de prevenção e combate a todas as formas de bullying, violência e discriminação dentro do Plano Nacional de Educação para - como garante a Constituição - promover o bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, orientação sexual (LGBTIs), condição física, classe social, religião e quaisquer outras formas de discriminação.

Valorizaremos o ensino técnico e profissional, buscando uma maior integração às demandas do mercado de trabalho, enfrentando o alto índice de evasão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

## Ensino superior integrado à Ciência, Tecnologia e Inovação

Nosso governo buscará a ampliação do acesso ao ensino superior, mantendo a política de cotas.

A aproximação da política de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) do ensino superior, também será promovida. Investir em CT&I é condição para o desenvolvimento do país e nossas universidades devem ser desafiadas a realizar pesquisas que contribuam para a superação de nossos problemas sociais, ambientais e econômicos.

Nenhum país terá como alavancar seu desenvolvimento sem promover a disseminação da ciência, inovação e tecnologia no âmbito da sociedade. No Brasil, será preciso retomar firmemente, de forma contínua e articulada as políticas públicas, aumentando os recursos para CT&I, com atenção para combater as desigualdades regionais e a pouca inserção no sistema produtivo.